

CONVÊNIO DE REGULAÇÃO

ÁGUA E ESGOTO

CAPÃO DA CANOA

CORSAN

Ofício 036/2023

Porto Alegre, 13 de janeiro de 2023.

À Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN

Gabinete da Presidência

Sr. Roberto Barbuti

Assunto: Encaminhamento do Termo de Convênio de Regulação para o exercício de atividade regulatória do município de Capão da Canoa/RS.

Prezado,

Ao cumprimentá-la, cordialmente, vimos pelo presente, encaminhar 3 vias do Termo de Convênio de Regulação para o exercício de atividade de regulação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Encaminhamos para fins de assinatura por parte do interveniente e solicitamos que após, nos sejam encaminhadas duas vias do contrato para arquivamento do órgão regulador e do município.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocando-nos à disposição para eventuais dúvidas,

Atenciosamente,



Daniel Luz dos Santos
Assessor de fiscalização
AGESAN-RS


Declaro que recebi o documento listado neste ofício da Agesan-RS.

Nome completo:

Número do Documento:

Assinatura:

Data:



165829
Marcio Antonio
13/01/2023

DENÚNCIA A CONVÊNIO

DENÚNCIA A CONVÊNIO FORMALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA E A AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL – AGERGS PARA A DELEGAÇÃO DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

Considerando o disposto no convênio formalizado entre o Município de CAPÃO DA CANOA e a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul para a delegação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, no qual se prevê a possibilidade de denúncia do convênio, a qualquer tempo, por qualquer das partes, com aviso prévio de 180 (cento e oitenta) dias.

Considerando que a regra é a “possibilidade de cada pactuante denunciar livremente o convênio, retirando-se do pacto”, nos termos de decisão proferida no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança RMS 30634 SP 2009/0194709-0, de lavra do Superior Tribunal de Justiça.

FICA DENUNCIADO pelo MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA o convênio formalizado por este com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul para a delegação da regulação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário

Capão da Canoa/RS, 27 de Maio de 2022.


AMAURI MAGNUS GERMANO
Prefeito



Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do
Rio Grande do Sul

TERMO DE CONVÊNIO DE REGULAÇÃO Nº 08/2022

Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - AGESAN-RS

Pelo presente, de um lado, diante do disposto no art. 31, *caput*, II do Decreto Federal nº 7.217, de 2010, no art. 2º, *caput*, VIII do Decreto Federal nº 6.017, de 2017 e no art. 6º, *caput*, II do Estatuto Social da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (AGESAN-RS), o **MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 90.836.693/0001-40, com sede na AVENIDA PARAGUASSÚ, 1881, CENTRO, município de CAPÃO DA CANOA, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado por seu representante ao final assinado doravante denominado Concedente, neste ato representado pelo representante ao final assinado e qualificado, e, de outro lado, a **AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (AGESAN-RS)**, Consórcio Público de Direito Público inscrito no CNPJ do MF sob o nº 32.466.876/0001-14, com personalidade de direito público, com sede na Rua Guilherme Schell, nº 5.638, Sobreloja, Canoas, Estado do Rio Grande do Sul neste ato representado por seu representante ao final assinado, doravante denominado Convenente, com a interveniência do(a) **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 92.802.784/0001-90, com sede na Rua Caldas Junior, 120, 18º andar, Porto Alegre/RS, doravante denominado(a) Interveniente, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 11.107, de 2005, à Lei Federal nº 11.445, de 2007, com a redação alterada pela Lei Federal nº 14.026, de 2020, e ao Contrato de Consórcio Público, Estatuto Social e demais normas do Consórcio, o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Convênio tem por objetivo o estabelecimento de obrigações entre o Concedente e o Convenente para que este exerça, em proveito e em nome do Concedente, e conforme a colaboração e diretrizes definidas por este, as atividades de regulação e fiscalização, inclusive com poder de polícia, dos serviços de saneamento de Água e Esgoto prestados no Município Concedente pela interveniente.

§1º Este Convênio vigorará por 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, renováveis, a interesse da concedente e do convenente, por igual período, até o limite de vigência estabelecido no Contrato de Programa para prestação de serviços públicos de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto (CP 008/2006).

§2º Durante o prazo de vigência do presente convênio, o Convenente não poderá ser alterado, enquanto agência reguladora, pelo Concedente salvo se deixar de adotar as normas de referência da ANA, ou se estabelecido de acordo com o prestador de serviços, ou se acabar se consorciando ao Consórcio Público.



Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do
Rio Grande do Sul

§3º As atividades de regulação serão desenvolvidas pelo Convenente conforme definidas em seu Estatuto Social e demais resoluções internas, bem como de acordo com as normas de referência editadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

§4º Por meio deste, o(a) Interveniente fica sujeito(a) a todas as disposições do Convênio, inclusive no que tange às obrigações financeiras, haja vista sua condição de prestador(a) dos serviços de água e esgoto conforme instrumentos normativos e contratuais próprios estabelecidos com o Concedente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DIRETRIZES PARA A REGULAÇÃO

Ficam pactuadas e estabelecidas as seguintes diretrizes para o exercício das atividades de regulação, sem prejuízo de outras detalhadas e especificadas no Contrato de Consórcio Público, Estatuto Social e demais atos normativos editados pelo Convenente por meio de sua Assembleia Geral ou Conselho Superior de Regulação:

I – para o Convenente:

- a) funcionamento efetivo de seus órgãos internos, notadamente o Conselho Superior de Regulação, observadas suas normas internas;
- b) atuação em estrita observância à transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade em suas decisões;
- c) estabelecer padrões e normas para a adequada prestação e a expansão da qualidade dos serviços e para a satisfação dos usuários, com observação das normas de referência editadas pela ANA;
- d) garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nos contratos de prestação de serviços e nos planos municipais ou de prestação regionalizada de saneamento básico;
- e) prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência;
- f) definir tarifas que assegurem o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços e/ou dos contratos quanto à modicidade tarifária, por mecanismos que gerem eficiência e eficácia dos serviços e que permitam o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários;
- g) edição de normas sobre os direitos e obrigações dos usuários e prestadores, ouvido o Conselho Superior de Regulação, bem como sobre as penalidades a que estarão sujeitos e respectiva aplicação, em sendo o caso, as quais constarão em atos normativos próprios;
- h) edição de normas sobre as dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, observadas as diretrizes determinadas pela ANA, as quais abrangerão os seguintes aspectos:
 - 1) padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;
 - 2) prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços;
 - 3) requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;



Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do
Rio Grande do Sul

- 4) metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e respectivos prazos;
- 5) criação de tarifas, regime, estrutura e níveis tarifários;
- 6) procedimentos e prazos para reajuste e revisão de tarifas;
- 7) medição, faturamento e cobrança de serviços;
- 8) monitoramento dos custos, inclusive individualizados, em sendo o caso, por Município;
- 9) avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- 10) plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
- 11) subsídios tarifários e não tarifários;
- 12) padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;
- 13) medidas de segurança, de contingência e de emergência, inclusive quanto a racionamento;
- 14) procedimentos de fiscalização e de aplicação de sanções definidas por si e na legislação do titular; e
- 15) diretrizes para a redução progressiva e controle das perdas de água;

II – para o Concedente:

- a) promover todas as condições para que a regulação seja exercida em sua plenitude;
- b) privilegiar a transparência e controle social em todas as etapas de prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgoto, incluindo planejamento, controle, execução e fiscalização; e
- c) divulgação ampla e irrestrita da disponibilização das atividades de regulação por todos os meios possíveis, físicos ou eletrônicos;

III – para o(a) Interviente:

- a) prestar todas as informações solicitadas por parte do Conveniente acerca da prestação dos serviços propriamente dita e demais dados que este julgar pertinentes;
- b) observar e cumprir as diretrizes estabelecidas em decorrência da atividade regulatória, ficando assegurada sua necessária participação e consulta nos assuntos que envolverem seus interesses e na prestação dos serviços especificamente;
- c) promover o pagamento do Preço de Regulação, conforme previsto neste contrato.

§1º O Conveniente, por meio de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal nº 11.445, de 2007.

§2º No que tange aos procedimentos e critérios para a atuação do Conveniente em suas atividades de regulação e de fiscalização, o Concedente reconhece, referenda e acata todas as deliberações regulatórias e fiscalizatórias devidamente aprovadas em Assembleia Geral do Conveniente e/ou no Conselho Superior de Regulação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do
Rio Grande do Sul

Os serviços referentes à regulação serão prestados conforme as diretrizes estabelecidas no Estatuto Social e demais resoluções e instrumentos normativos oriundos do Convenente.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO DE REGULAÇÃO

Considerando o disposto no art. 23, §1º da Lei Federal nº 11.445, de 2007, com a redação alterada pela Lei Federal nº 14.026, de 2020, fica estabelecido o Preço Público da Regulação (PPR), com a finalidade de promover o adequado custeio e sustentabilidade das atividades regulatórias a serem desenvolvidas pelo Convenente. Atualmente, conforme a Resolução nº 001/2019 é de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) o PPR para os prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário que utilizam contabilidade comercial (companhia estadual, empresas provadas ou de economia mista) sobre o faturamento bruto mensal da Interviente.

§1º Os valores auferidos por meio do PPR serão revistos sempre quando houver necessidade, observando-se a adequada sustentabilidade das atividades regulatórias e a modicidade, de modo que poderá haver revisões para valores maiores ou menores além ou aquém dos percentuais acumulados da inflação, dependendo das ações regulatórias planejadas e desenvolvidas e da execução financeira.

§3º Fica desde já o Convenente autorizado, por parte do Concedente, a promover as devidas comunicações acerca do PPR e de todas as demais atividades regulatórias diretamente e em nome do Concedente junto ao(à) Interviente.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PROCEDIMENTOS DE TRANSPARÊNCIA

Além dos canais de comunicação diretos da população com o Convenente, fica garantida a transparência da gestão econômica, financeira e administrativa dos serviços de saneamento de abastecimento de água e de coleta de esgoto no Concedente da seguinte forma:

I – acesso irrestrito a todas as informações econômicas, financeiras e administrativas do Concedente, por meio de documentos disponibilizados mediante requerimento ou por meio de sítios na *internet*, bem como por todos os outros meios de divulgação possíveis;

II – participação da população em audiências públicas relacionadas ao saneamento.

Parágrafo único. Aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços deverá ser assegurada publicidade, deles podendo ter acesso qualquer do povo, salvo os por prazo certo declarados como sigilosos por decisão fundamentada em interesse público relevante.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIZAÇÃO



Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do
Rio Grande do Sul

O Presidente do Convenente e/ou os demais membros da Diretoria não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes deste Convênio. Parágrafo único. O disposto nesta cláusula não se aplica aos atos praticados em desconformidade com a Lei, com o Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social do Convenente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ADITAMENTO

Este Convênio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedada, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto, sendo passíveis de alteração somente as demais condições.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido por:

- I – descumprimento de qualquer das metas para consecução do objeto ou desatendimento, por qualquer das partes, ao disposto nas resoluções regulatórias do Convenente;
- II – superveniência de fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- III – consorciamento do Convenente ao Consórcio Público; e
- IV – ausência de adoção, pelo Contratado, das normas de referência da ANA, ou se estabelecido de acordo com o prestador de serviços.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência por 12 (doze) meses contados da data de 10 de janeiro de 2023, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, na forma do § 1º da Cláusula Primeira do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Fica definido que a íntegra deste Convênio ficará disponível, para consulta, nos sítios da *internet* mantidos pelo Convenente e pelo Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do Convenente.

AGESAN-RS

Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do
Rio Grande do Sul

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente Convênio em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Capão as Canoas/RS, 10 de janeiro de 2023.

PEDRO
LUIZ
RIPPEL:407
19030072

Digitally signed by PEDRO LUIZ
RIPPEL:40719030072
DN: cn=BR, ou=CP-Brasil,
ou=Secretaria de Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB
e-CPF_AJ, ou=(EM BRANCO),
ou=31464072000113,
ou=presencial, cn=PEDRO
LUIZ RIPPEL:40719030072
Date: 2023.01.13 07:43:54
-03'00'

AGESAN-RS – Conveniente
Presidente Pedro Luiz Rippel

AMAURI MAGNUS Assinado de forma digital por
AMAURI MAGNUS
GERMANO:537778 GERMANO:53777832049
32049 Dados: 2023.01.12 14:26:57
-03'00'

MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA - Concedente
Prefeito Amauri Magnus Germano

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN - Interveniante
Presidente

Testemunha 1:

Nome:

Assinatura:

Testemunha 2:

Nome:

Assinatura:
